

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

19 de agosto de 2016 | Número 015

BOLETIM INFORMATIVO



Carta da Presidenta Dilma

Dilma propõe plebiscito pela Reforma Política como saída para crise

Em pronunciamento nas redes sociais, presidente sugere realização antecipada de novas eleições

Brasil de Fato

Em pronunciamento na tarde desta terça-feira (16), a presidente Dilma Rousseff propôs, como solução para a crise política, a convocação de um Plebiscito para consultar a população sobre a realização antecipada de eleições, bem como sobre a reforma política e eleitoral.

"Entendo que a solução para as crises política e econômica que enfrentamos passa pelo voto popular em eleições diretas. A democracia é o único caminho para a construção de um Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social. É o único caminho para sairmos da crise (...) Estou convencida da necessidade e darei meu apoio irrestrito à convocação de um Plebiscito, com o objetivo de consultar a população sobre a realização antecipada de eleições, bem como sobre a reforma política e eleitoral", afirmou.

Ela reafirmou, como anteriormente, a necessidade de diálogo com todos os setores da sociedade, ou seja, com o Congresso Nacional, com os movimentos sociais e com as forças produtivas, "empresários e trabalhadores".

"O que peço às senadoras e aos senadores é que não se faça a injustiça de me condenar por um crime que não cometi. Não existe injustiça mais devastadora do que condenar um inocente", clamou. Confira a íntegra do pronunciamento:



Brasília, 16 de agosto de 2016

Dirijo-me à população brasileira e às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores para manifestar mais uma vez meu compromisso com a democracia e com as medidas necessárias à superação do impasse político que tantos prejuízos já causou ao País.

Meu retorno à Presidência, por decisão do Senado Federal, significará a afirmação do Estado Democrático de Direito e poderá contribuir decisivamente para o surgimento de uma nova e promissora realidade política.

Minha responsabilidade é grande. Na jornada para me defender do impeachment me aproximei mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu carinho. Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade e determinação para que possamos construir um novo caminho.

Precisamos fortalecer a democracia em nosso País e, para isto, será necessário que o Senado encerre o processo de impeachment em curso, reconhecendo, diante das provas irrefutáveis, que não houve crime de responsabilidade. Que eu sou inocente.

No presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a desconfiança política para afastar um Presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. E está claro que não houve tal crime.

Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo "conjunto da obra". Quem afasta o Presidente pelo "conjunto da obra" é o povo e, só o povo, nas eleições.

Por isso, afirmamos que, se consumado o impeachment sem crime de responsabilidade, teríamos um golpe de estado. O colégio eleitoral de 110 milhões de eleitores seria substituído, sem a devida sustentação constitucional, por um colégio eleitoral de 81 senadores. Seria um inequívoco golpe seguido de eleição indireta.

Ao invés disso, entendo que a solução para as crises política e econômica que enfrentamos passa pelo voto popular em eleições diretas. A democracia é o único caminho para a construção de um Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social. É o único caminho para sairmos da crise.

Por isso, a importância de assumirmos um claro compromisso com o Plebiscito e pela Reforma Política.

Todos sabemos que há um impasse gerado pelo esgotamento do sistema político, seja pelo número excessivo de partidos, seja pelas práticas políticas questionáveis, a exigir uma profunda transformação nas regras vigentes.

Estou convencida da necessidade e darei meu apoio irrestrito à convocação de um Plebiscito, com o objetivo de consultar a população sobre a realização antecipada de eleições, bem como sobre a reforma política e eleitoral.

Devemos concentrar esforços para que seja realizada uma ampla e profunda reforma política, estabelecendo um novo quadro institucional que supere a fragmentação dos partidos, moralize o financiamento das campanhas eleitorais, fortaleça a fidelidade partidária e dê mais poder aos eleitores.

A restauração plena da democracia requer que a população decida qual é o melhor caminho para ampliar a governabilidade e aperfeiçoar o sistema político eleitoral brasileiro.

Devemos construir, para tanto, um amplo Pacto Nacional, baseado em eleições livres e diretas, que envolva todos os cidadãos e cidadãs brasileiros.

Um Pacto que fortaleça os valores do Estado Democrático de Direito, a soberania nacional, o desenvolvimento econômico e as conquistas sociais.

Esse Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social permitirá a pacificação do País. O desarmamento dos espíritos e o arrefecimento das paixões devem sobrepor-se a todo e qualquer sentimento de desunião.

A transição para esse novo momento democrático exige que seja aberto um amplo diálogo entre todas as forças vivas da Nação Brasileira com a clara consciência de que o que nos une é o Brasil.

Diálogo com o Congresso Nacional, para que, conjunta e responsável, busquemos as melhores soluções para os problemas enfrentados pelo País.

Diálogo com a sociedade e os movimentos sociais, para que as demandas de nossa população sejam plenamente respondidas por políticas consistentes e eficazes. As forças produtivas, empresários e trabalhadores, devem participar de forma ativa na construção de propostas para a retomada do crescimento e para a elevação da competitividade de nossa economia.

Reafirmo meu compromisso com o respeito integral à Constituição Cidadã de 1988, com destaque aos direitos e garantias individuais e coletivos que nela estão estabelecidos. Nossa lema persistirá sendo "nenhum direito a menos".



Carta da Presidenta Dilma

As políticas sociais que transformaram a vida de nossa população, assegurando oportunidades para todas as pessoas e valorizando a igualdade e a diversidade deverão ser mantidas e renovadas. A riqueza e a força de nossa cultura devem ser valorizadas como elemento fundador de nossa nacionalidade.

Gerar mais e melhores empregos, fortalecer a saúde pública, ampliar o acesso e elevar a qualidade da educação, assegurar o direito à moradia e expandir a mobilidade urbana são investimentos prioritários para o Brasil.

Todas as variáveis da economia e os instrumentos da política precisam ser canalizados para o País **voltar a crescer e gerar empregos**.

Isso é necessário porque, desde o início do meu segundo mandato, medidas, ações e reformas necessárias para o país enfrentar a grave crise econômica foram bloqueadas e as chamadas pautas-bomba foram impostas, sob a lógica irresponsável do "quanto pior, melhor".

Houve um esforço obsessivo para desgastar o governo, pouco importando os resultados danosos impostos à população. Podemos superar esse momento e, juntos, buscar o crescimento econômico e a estabilidade, o fortalecimento da soberania nacional e a defesa do pré-sal e de nossas riquezas naturais e minerárias.

É fundamental a continuidade da **luta contra a corrupção**. Este é um compromisso inegociável. Não aceitaremos qualquer pacto em favor da impunidade daqueles que, comprovadamente, e após o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa, tenham praticado ilícitos ou atos de improbidade.

Povo brasileiro, Senadoras e Senadores,

O Brasil vive um dos mais dramáticos momentos de sua história. Um momento que requer coragem e clareza de propósitos de todos nós. Um momento que não tolera omissões, enganos, ou falta de compromisso com o país.

Não devemos permitir que uma eventual ruptura da ordem democrática baseada no impeachment sem crime de responsabilidade fragilize nossa democracia, com o sacrifício dos direitos assegurados na Constituição de 1988. Unamos nossas forças e propósitos na defesa da democracia, o lado certo da História.

Tenho orgulho de ser a primeira mulher eleita presidente do Brasil. Tenho orgulho de dizer que, nestes anos, exercei meu mandato de forma digna e honesta. Honrei os votos que recebi. Em nome desses votos e em nome de todo o povo do meu País, vou lutar com todos os instrumentos legais de que disponho para assegurar a democracia no Brasil.

A essa altura todos sabem que não cometi crime de responsabilidade, que não há razão legal para esse processo de impeachment, pois não há crime. Os atos que pratiquei foram atos legais, atos necessários, atos de governo. Atos idênticos foram executados pelos presidentes que me antecederam. Não era crime na época deles, e também não é crime agora.

Jamais se encontrará na minha vida registro de desonestidade, covardia ou traição. Ao contrário dos que deram início a este processo injusto e ilegal, não tenho contas secretas no exterior, nunca desviei um único centavo do patrimônio público para meu enriquecimento pessoal ou de terceiros e não recebi propina de ninguém.

Esse processo de impeachment é frágil, juridicamente inconsistente, um processo injusto, desencadeado contra uma pessoa honesta e inocente. O que peço às senadoras e aos senadores é que não se faça a injustiça de me condenar por um crime que não cometi. Não existe injustiça mais devastadora do que condenar um inocente.

A vida me ensinou o sentido mais profundo da esperança. Resisti ao cárcere e à tortura. Gostaria de não ter que resistir à fraude e à mais infame injustiça.

Minha esperança existe porque é também a esperança democrática do povo brasileiro, que me elegeu duas vezes Presidenta. Quem deve decidir o futuro do País é o nosso povo.

A democracia há de vencer.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/16/dilma-propoe-novas-eleicoes-e-plebiscito-pela-reforma-politica-como-saida-para-crise/>

Leia também:

SEM "MEDO", DILMA FARÁ SUA PRÓPRIA DEFESA NO SENADO

Presidente eleita Dilma Rousseff confirmou que fará pessoalmente sua defesa na sessão de votação final do processo de impeachment pelo Senado, que terá início na próxima quinta-feira 25; "Será a manifestação de uma presidente que irá ao Senado e que está sendo julgada por um processo de impeachment sem crime de responsabilidade", afirmou; ela também está finalizando o discurso que fará aos senadores durante a sessão; sobre a possibilidade de enfrentar a agressividade de alguns senadores contrários à sua permanência no cargo, ela foi enfática: "Nunca tive medo disso. Aguentei tensões bem maiores na minha vida. É um exercício de democracia"

<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/250241/Sem-%E2%80%9Cmedo%E2%80%9D-Dilma-far%C3%A1-sua-pr%C3%B3pria-defesa-no-Senado.htm>



Entrevista

BNDES quer privatizar o Brasil. A sociedade quer isso?

Para Carlos Lessa, um projeto nacional tem de promover o trabalho e o emprego. Ex-presidente do BNDES, ele teme que o banco hoje atue para “vender barato o patrimônio que custou caro aos brasileiros”

Mauricio Thuswohl

O economista e professor Carlos Lessa é figura sem par no pensamento político e econômico brasileiro. Conhecido por seu perfil nacionalista, ele faz sobre o atual momento do país uma análise que ultrapassa os limites do embate ideológico, ao se posicionar de forma crítica em relação à política econômica do governo interino de Michel Temer e ao que classifica como “falta de rumo” do Brasil nos últimos anos, incluindo a era Lula e Dilma, quando o país não teria sabido definir o caminho para garantir seu crescimento econômico. Lessa lamenta que, no governo interino, o BNDES, uma das principais ferramentas de promoção do setor produtivo e do desenvolvimento, tenha voltado à “era tucana” e se tornado um “instrumento de corretagem para facilitar a venda dos ativos brasileiros”. Presidente da instituição em 2003, ele diz se orgulhar de ter sido demitido por ter “brigado” com o então presidente do Banco Central do governo Lula, Henrique Meirelles, hoje ministro da Fazenda. “Eu sou inimigo do Meirelles.”

A receita econômica de Michel Temer e Henrique Meirelles, que inclui aumento de impostos e venda de ativos, é o melhor caminho para que se estabilize a economia brasileira?

Há uma discussão – do meu ponto de vista quase que histérica – sobre o corta ou o não corta, sobre põe imposto ou não põe imposto. No Brasil, a taxa de inflação não é o horror, o horror é a taxa de desemprego.

Quais medidas seriam necessárias para a retomada?

A grande discussão a ser feita é: crescer em que direção? Eu, por exemplo, acho que deve crescer pela construção da casa própria. Eu acho o programa Minha Casa, Minha Vida uma ideia absolutamente correta. Para construir uma casa você usa um terreno, usa materiais locais, como areia e pedra, usa a mão de obra local e ao mesmo tempo usa cimento e ferro de construção, que são produtos nacionais. Então, você tem a cadeia produtiva virada para dentro da economia. Se você constrói casa, todos esses fornecimentos são ativados.

Como o senhor avalia a proposta do governo de estabelecer um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos?

Isso é uma bobagem, é uma besteira. Não existe essa coisa de teto. Quer dizer: você está com sua perna arrebatada, mas não pode consertá-la porque há teto de gastos? A questão é saber se o gasto público é relevante e se está sendo produzido de uma maneira correta. O problema não é o que você gasta, mas como você gasta.

O sistema de exploração do pré-sal a partir do regime de partilha e com participação mínima de 30% da Petrobras em cada campo está em vias de ser desmontado pelo Congresso e pelo governo interino. O que o senhor acha dessa mudança?

Eu acho que a questão do petróleo está sendo mal discutida no Brasil por uma razão muito simples. Na verdade, tem muita gente que diz que o Brasil tem de retirar o petróleo com a maior rapidez possível. Isso significa converter o Brasil em um exportador de petróleo. Ser mero exportador de petróleo no mundo é uma maldição. Eu só conheço um país onde a exportação de petróleo gerou uma vida social sofisticada, organizada e correta, que é a Noruega. O resto dos grandes países exportadores são Arábia Saudita, Irã, Indonésia... A Indonésia é impressionante: foi fundadora da Opep e hoje importa petróleo.

O que eu quero dizer é que ter petróleo é uma vantagem colossal para um país, mas ser exportador de periferia é sempre uma situação muito vulnerável. Eu não quero ser uma Arábia Saudita, um Qatar, não me inspiro em Abu Dhabi. Para o Brasil, eu quero que cada família viva direito, tendo a energia necessária para viver direito.

Com o anúncio de iniciativas para incentivar concessões e privatizações, o perfil do BNDES no governo Temer é diferente daquilo que o banco vinha representando nos últimos anos. Para o senhor, qual o papel ideal do BNDES na economia?

A descaracterização do BNDES é mortal para o Brasil. Essa moça que está lá (*Maria Sílvia Bastos Marques*) voltou a fazer o discurso da era tucana, a pior de todas. Agora, vamos entender bem. Eu não quero fazer esse tipo de julgamento, mas, infelizmente, sou obrigado a fazer. O BNDES veio se aproximando muito dessa atual orientação tucana porque, ao priorizar o mercado de capitais, se desviou de sua função que é dar prioridade ao sonho brasileiro de crescimento. O Brasil está crescendo em que direção? Para onde? Para ser celeiro do mundo ou para ser uma pátria sem fome? O Brasil está dando prioridade para quê? Para que cada família tenha um poder de compra mínimo para sua dignidade? Isso significa gerar empregos para os brasileiros. Eu não sei qual é a prioridade do crescimento brasileiro pelo simples fato de que ele não está explicitado, o que leva o BNDES a uma situação muito difícil.

Hoje, o projeto que o BNDES tem para o país é privatizar o Brasil. O BNDES é um instrumento de corretagem para facilitar a venda dos ativos brasileiros. Como os ativos brasileiros estão muito baratos, nós vamos cometer um crime contra a brasiliade. Vender barato o que custou o sangue e o suor dos brasileiros. Para quê? Para virar celeiro do mundo e manter a fome no Brasil? É esse o projeto nacional brasileiro? Eu faria essa pergunta à presidente interditada, Dilma Rousseff, e ao presidente em exercício, Michel Temer. Nenhum dos dois vai responder. Tente fazer essa pergunta ao ministro Henrique - Meirelles e aos ex-ministros Guido Mantega e Antonio Palocci. Singelamente. Na verdade, eu acho que essa pergunta cada brasileiro deve fazer para si mesmo. Você quer deixar seu vizinho desempregado? O morador do seu bairro passando fome?

Por que o senhor saiu do BNDES?

Eu sou suspeito porque fui presidente do BNDES e fui demitido pelo presidente Lula. Isso é uma coisa da qual eu me orgulho porque naquela ocasião eu briguei com o Henrique Meirelles. Eu sou inimigo do Meirelles, que na época já era uma figura promovida pelo PT, infelizmente. Eu acho que o BNDES tem que ser o antigo BNDES, ligado à industrialização brasileira, para empurrar para frente a economia brasileira, para gerar emprego para os brasileiros. É esse o BNDES que eu acho importante. Esse BNDES, por exemplo, não deveria fazer campanha publicitária nos grandes jornais, porque todo mundo conhece a instituição. Tem que gastar dinheiro nos pequenos jornais do interior, aí sim a propaganda poderá atingir pessoas que não saibam o que é o BNDES.

O BNDES é a grande invenção que a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos deu para o Brasil. É uma história muito curiosa, porque o Brasil, mesmo tendo participado da Segunda Guerra Mundial, não recebeu nenhum apoio do Plano Marshall. Mas criou-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos porque os americanos diziam que queriam nos ajudar. Eles não ajudaram, mas propuseram a criação de um banco de fomento. Esse banco de fomento chama-se BNDES, que foi a melhor sugestão que os americanos fizeram para o Brasil até hoje.

O Brasil tem saída no futuro imediato?

Antes de o Brasil ser celeiro do mundo não pode mais haver fome no país. Antes de o Brasil imaginar exportar energia tem que usar a energia para melhorar a vida dos brasileiros. Usar a energia com a tecnologia de utilização dessa energia. Uma das coisas que os



vendedores de petróleo ficam falando é que se eles não venderem, a era do petróleo vai acabar. E daí? A era do carvão, na 1ª Revolução Industrial, acabou, mas quem ainda tem carvão tem uma vantagem espetacular. O Brasil tem muito petróleo potencial, tem muita energia elétrica potencial, mas estão privatizando a parte de energia elétrica e despedaçando a rede de energia brasileira. É isso o que quer a sociedade brasileira? Precisamos crescer e afastar a maldição das famílias desempregadas, precisamos dar comida para o povo brasileiro.

É possível um realinhamento das forças progressistas em torno de um projeto para o país?

O Brasil está sem um projeto nacional explícito e organizado há muito tempo. Não é de hoje. Eu não gosto muito da divisão esquerda-direita porque ela se refere a um cenário histórico mundial completamente diferente do cenário atual. Sobre isso, eu volto a perguntar, em bom português: qual é o projeto brasileiro. É o projeto de globalização? Então, qual é a nossa referência na globalização? É claro que nós precisamos estar ligados à economia mundial e devemos fazer uma política para fortalecer essas ligações. Porém, essa política é uma política nacional, não é adotar internamente diretrizes enunciadas abstratamente pelo país líder. Não é adotar o Consenso de Washington.

Como o senhor se define politicamente?

Quando me perguntam o que eu sou, eu digo: sou nacionalista. E digo outra coisa: sou populista. O progresso social na América Latina se dá por figuras que são execradas como populistas porque avançam. Mas a tragédia do populismo é que nunca consegue fazer o sucessor. É sempre um processo complicado, porém as conquistas sociais que os populistas introduziram ficam. O peronismo existe até hoje porque Perón avançou socialmente a Argentina. O getulismo ainda existe no Brasil porque houve Getúlio Vargas. Eu acho que, dadas as condições latino-americanas e ibéricas, com uma organização partidária fraca, são figuras que empurram a sociedade, e isso é chamado pela ciência política de populismo. Mas eu prefiro as figuras que empurram a sociedade às figuras que desarticulam a sociedade e nos jogam em uma situação subordinada e periférica.

O nacionalismo está fora de moda?

Eu sou inteiramente favorável à ideia de um projeto nacional, à democracia como forma básica de organização da sociedade, a partidos que se alternem no poder com respeito a uma regra para não eliminar o outro. Essas regras são singelas, porém são tornadas obscuras para discussão. As pessoas agora têm vergonha de dizer que são nacionalistas porque se criou uma espécie de execração do nacionalismo. Mas, meu amigo, fora da nação não há solução. Eu até adoraria ver o mundo todo preocupado com os problemas do mundo, mas isso é um sonho da humanidade. Eu tenho, em primeiro lugar, que me preocupar com o meu país, me preocupar com os meus vizinhos. Isso significa melhorar a qualidade de vida dos povos sul-americanos, que é muito ruim. Ser nacionalista é dar prioridade ao desenvolvimento e à qualidade de vida do seu povo.

<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/120/o-bndes-quer-privatizar-o-brasil-2607.html>

Técnicos e parlamentares alertam para desmonte do Estado com PEC 241

Hylda Cavalcanti

Duas iniciativas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, chamaram a atenção hoje (15), outra vez, dos parlamentares para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita o aumento dos gastos públicos à taxa de inflação do ano anterior por um período de 20 anos. Na Câmara, a PEC foi aprovada e considerada um "desmonte do Estado" pelo ex-ministro de Desenvolvimento Social e ex-ministro de Desenvolvimento Agrário, o deputado Patrus Ananias (PT-MG), que integra a comissão especial criada recentemente para apreciar a matéria. No Senado, o tema foi alvo de audiência pública durante a manhã. E o entendimento principal dos debatedores foi de que vários itens da matéria são inconstitucionais.

A audiência no Senado foi promovida pela comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa e o que mais se discutiu foram os impactos da redução orçamentária que a medida implicará nas áreas de saúde e educação. Isto porque a PEC muda os critérios para que os valores mínimos aplicados nas duas áreas sejam corrigidos pela inflação. E caso seja aprovada pelo Congresso da forma como se encontra, segundo especialistas diversos que participaram do debate, a recomposição orçamentária passará a ser feita com base apenas na variação da inflação – e não mais atrelada à arrecadação, como acontece hoje. Para a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Débora Duprat, o texto altera o núcleo do próprio direito à saúde e à educação e é considerado por ela "inconstitucional", porque, a seu ver, "viola o princípio do não-retrocesso". "A Constituição de 1988 instituiu um modelo revolucionário de financiamento para transformar educação e saúde em serviços efetivamente públicos e para que as formas como são distribuídos os recursos para esses dois setores se constituam no próprio direito à saúde e à educação, o que será afetado com a aprovação da proposta", disse Débora.

De acordo ainda com a procuradora, a Emenda Constitucional 86, que cria subjetos de financiamento para a saúde, já é ruim e fere a Lei Complementar 141/2012, que garante investimento na área em valor igual ou superior ao ano anterior, mesmo com Produto Interno Bruto (PIB) negativo. Débora considerou complicado o fato de que, enquanto se contesta na Justiça o teor da Emenda 86, o Congresso já se prepara para analisar uma proposta que, segundo ela, apresenta o mesmo vício, que é o retrocesso no financiamento.

Estado mínimo

Outro a reclamar da proposta, o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), Francisco Saraiva, chamou a PEC de "proposta de Estado mínimo". Segundo ele, a matéria se insere nessa proposta de reduzir o poder do Estado que está em curso no país por parte dos que apoiam o governo interino de Michel Temer. E, a seu ver, "afeta de maneira absurda a classe trabalhadora, enquanto mantém a burguesia e o empresariado com direitos resguardados".

Já Patrus Ananias, divulgou nota hoje afirmando que o texto representa duas décadas de arrocho fiscal e evidencia, no seu entendimento, o objetivo do governo provisório de "destruir todo o título da Constituição que institui a ordem social e reúne nada menos do que sete capítulos: Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social); Educação, Cultura e Desporto; Ciência e Tecnologia; Comunicação Social; Meio Ambiente; Família, Criança; Adolescente e Idoso; e Índios".

"Se essa marcha para o atraso do Brasil não for detida, a Emenda 241 arrasará a Constituição suprimindo direitos, destruirá conquistas sociais já alcançadas, inviabilizará novas conquistas sociais e estrangulará o Brasil pela falta de investimentos públicos. É um desmonte completo, na veia", acrescentou.

Para o deputado, a proposta "abre caminho para toda a ordem social" e ameaça os direitos dos cidadãos. Ananias já afirmou que votará contra a admissibilidade da PEC porque a considera o que chamou de "desmonte do Estado", sobretudo das políticas de assistência social, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Também a representante do Conselho Nacional de Saúde, Juliana Santorum, disse que vê um fato perigoso nesta mudança, uma vez que a saúde atualmente é vista como um setor de mercado no Brasil, e não como um direito, motivo pelo qual considera que a população é deixada de lado em favor dos empresários.

Juliana afirmou que somente nas eleições de 2014, empresas como Amil, Bradesco, Qualicorp e Grupo Unimed doaram, no total, R\$ 52 milhões para as campanhas eleitorais de 131 parlamentares. O que mostra, conforme denunciou, o pouco empenho de muitos deputados e senadores em conseguir fazer valer direitos do ponto de vista do atendimento à população.

Inicio pela Câmara

A PEC 241 começou a tramitar na Câmara dos Deputados recentemente, com a criação da comissão especial para apreciar a matéria. Mas quase um mês antes, o Palácio do Planalto já procurou os líderes partidários para falar sobre o teor do texto e pedir que conversem com as bancadas no sentido de acelerar os trabalhos de apreciação da matéria.

De caráter polêmico, não apenas os parlamentares que fazem oposição ao governo interino como muitos integrantes de partidos que apoiam este governo, além de peemedebistas (mesmo partido de Temer), confirmam que o tema precisa ser melhor discutido. Eles argumentam que não podem aprovar todas as matérias propostas pelo Executivo que sejam de caráter impopular, sem uma garantia de que os resultados terão efeitos positivos para o país. Em reservado, afirmam que não querem se submeter ao desgaste da população para tentar salvar a imagem do governo sem qualquer contrapartida.

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão de Direitos Humanos e responsável pela audiência, disse que "muita coisa ainda será debatida dentro da matéria". Da Câmara, se aprovada, a PEC seguirá para o Senado.

Na reunião, além de técnicos, servidores públicos dos setores de saúde e educação e representantes de entidades organizadas da sociedade civil, participou apenas um único representante do governo interino: o técnico Carlos Eduardo Sousa, do Ministério da Saúde. Ele lembrou da Emenda Constitucional 86, que está sendo contestada na Justiça, afirmou que a emenda estabeleceu um percentual mínimo em saúde para a União com base na receita corrente líquida e, por isso, acredita que a proposta, ao contrário das críticas que tem recebido, irá "melhorar a situação do setor e não piorar".

O ministério da Educação, apesar de ter um ministro que é parlamentar como titular – o deputado Mendonça Filho (DEM-PE), não enviou representantes.

<http://www.carosamigos.com.br/index.php/politica/7589-tecnicos-e-parlamentares-alertam-para-desmonte-do-estado-com-pec-241>

Dia 29 de agosto, CUT irá às ruas contra o golpe

Lula participou de reunião da Direção Nacional da CUT e criticou a imprensa. "Eles estão deixando a Dilma anônima"

Igor Carvalho



Foto: Roberto Parizzotti

Na manhã desta quinta-feira (18), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da Reunião da Direção Nacional da CUT, realizada na cidade de Guarulhos, no estado de São Paulo. Durante o encontro, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, confirmou que o grande ato em defesa da democracia para dia 29 de agosto.

"O cenário que temos no Senado é diferente do cenário na Câmara. Em abril, a opinião pública apoiava o golpe. Hoje, houve um entendimento de que o golpe aprofundou a crise política e econômica no Brasil", explicou Vagner Freitas. "Não vamos nos calar. Iremos tomar as ruas de Brasília dia 29 de agosto, exigindo que os senadores não votem pelo golpe", finalizou o presidente da Central.

A convocatória foi reforçada pela vice-presidenta da CUT, Carmen Foro. "Aqui está quem cerrou fileiras nos últimos meses em defesa da democracia. O próximo período, companheiras e companheiros, será de guerra. Estou falando da guerra em defesa dos nossos direitos, que estão sendo atacados, e a guerra que será as eleições nos municípios."

Mídia e a sanha do mercado internacional

Durante a reunião, Lula criticou a cobertura que um setor da imprensa faz do julgamento do processo que corre no Senado e que pode corroborar o golpe contra a presidente Dilma Rousseff (PT).

"É inadmissível que a Dilma, presidente da República, faça agendas pelo País e a imprensa ignore completamente. Eles estão deixando a Dilma anônima. Esse bloqueio é imposto pelos donos desses meios de comunicação, que são responsáveis pelo golpe. A internet é a única possibilidade que a gente tem de furar a grande mídia", afirmou Lula. Para Lula, as medidas tomadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer provocaram problemas que não enfrentávamos "há muitos anos". "Nós voltamos a ter reajuste salarial abaixo da inflação. Nós voltamos a ver sindicatos fazendo acordos para preservar emprego."

Alvo do mercado internacional, a camada do Pré-Sal foi tema da fala do ex-presidente. "Qualquer governante que ache que precisa vender o patrimônio público para superar a crise, não sabe governar. Agora, eles [golpistas] querem entregar o Pré-Sal. Logo o Pré-Sal, que é a maior descoberta de reserva de petróleo no século XXI. Vejam, o que os EUA fizeram assim que descobrimos o Pré-Sal? Eles colocaram em funcionamento a 4ª Frota da Marinha no Atlântico. Desde então, eles estão de olho no petróleo e ficaram muito contrariados quando aprovamos a partilha."

Por fim, Lula lembrou as conquistas da classe trabalhadora durante os governos petistas e enviou um recado à burguesia. "O País elegeu um metalúrgico e uma mulher para a presidência. Nossas medidas começaram a incomodar a parte de cima da sociedade, já que os de baixo subiram um degrau. Nossa recado para as elites é que gostamos de andar de cima e vamos lutar para continuar no andar de cima", finalizou o ex-presidente.

<http://www.cut.org.br/noticias/dia-29-de-agosto-cut-ira-as-ruas-contra-o-golpe-bb36/>

Secretaria da Juventude da Contraf-CUT debate empoderamento para os jovens

Reunião de planejamento da Secretaria estuda formas de trazer inovações ao movimento sindical



Mais espaço para juventude. Essa é a principal reivindicação dos dirigentes sindicais que participam Encontro de Planejamento da Secretaria Nacional de Juventude da Contraf-CUT, em 17 e 18 de agosto, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, na grande São Paulo.

A Consulta feita com os bancários este ano, para a Campanha Nacional 2016, reforça que a categoria é formada por jovens, em sua maioria. De acordo com o Dieese, a faixa etária, de 64% dos entrevistados, está entre 21 e 40 anos. "Nós percebemos que além de ter poucas mulheres, menos de 30%, também temos poucos jovens nos cargos diretivos das entidades sindicais da categoria, que hoje são representados por menos de 15%. O objetivo é a gente poder empoderar os jovens e dar mais capacitação, principalmente, na questão do nosso ramo para tentar fazer as transformações das direções dos sindicatos e federações", afirmou a Secretária da Juventude da Contraf-CUT, Fabiana Uehara.

Severine Macedo, ex-secretária nacional de Juventude do Governo Federal, foi uma das palestrantes do evento. Ela ressaltou como o processo formativo é uma necessidade para o movimento sindical na atual conjuntura. "A gente tem que qualificar o entendimento da realidade e se preparar para atuar nela. E no momento da atual conjuntura se torna ainda mais fundamental. Vivemos um período de crescimento, inclusão, fortalecimento das pautas dos trabalhadores, com várias conquistas sociais e o golpe que a gente está vivendo coloca tudo isso em cheque. A gente vive um período de recessão, que nos coloca várias questões de atualização e de reorganização para luta. Juventude não é mais importante nem menos importante, ela é necessária. Temos de entender isso."

A juventude bancária do centro-norte também esteve presente. Participaram Mariana Coelho, representando a FETEC-CUT/CN, Janaína Figueiredo, do SEEB AC, além de Fabiana Ueara, Secretária da Juventude da Contraf-CUT, que é de Brasília. No dia 17/08 foram abordadas duas questões: Conjuntura e Reestruturação Produtiva nos bancos e as experiências de organização e empoderamento dos jovens no movimento sindical. No segundo dia do Planejamento Plano de Ações da Secretaria de Juventude da Contraf-CUT.

(A partir de matéria da Contraf-CUT)

<http://www.contrafcut.org.br/noticias/secretaria-da-juventude-da-contraf-cut-debate-empoderamento-para-os-jovens-7797>

Capitalismo de desastre – Choque e Anestesia na cultura política do Brasil atual

Manoel Tiburi



Gerhard Richter, *Festa*, 1963

Em A Doutrina do Choque, ascensão do capitalismo de desastre (2008) Naomi Klein expôs o nexo entre as ditaduras latino-americanas e a economia-política neoliberal criada e difundida por economistas e governos dos Estados Unidos. Seu objetivo era apresentar aspectos técnicos do que ela chama “capitalismo de desastre”, aquele que depende da produção do choque – seja econômico, seja político, seja subjetivo – e que sobrevive às custas de todo tipo de catástrofe, seja da natureza, seja da política. Um dos seus exemplos é o 11 de setembro, data a partir da qual massas inteiras pelo mundo afora passaram a viver desorientadas e assustadas em função de um choque.

Aqui no Brasil vivemos um choque com o golpe – um arranjo entre a imprensa, sobretudo a televisão, juízes, deputados e senadores, pastores, corporações nacionais e internacionais que vivem do mercado e toda uma máfia econômica e política comprazem-se nesse momento com o fim da democracia brasileira. Nesse momento, as Olimpíadas servem de ópio para o povo. Se formos cínicos diremos: que bom, melhor para o povo, afinal sofre-se menos com anestesia.

Anestesia é o que não se usa na hora do choque, apenas depois, no momento em que o corpo e a mente devem entrar na fase de aceitação do processo. Nesse momento, aceitamos o golpe como algo inevitável. Os mais anestesiados, bem como aqueles que vão ganhar mais com o golpe (sim, alguns poucos ganharão algo como um animal de rapina...), insistem em dizer “impeachment”, uma palavra anestesiadora. Uma espécie de depressão cívica acomete apenas aqueles para quem a democracia fazia alguma diferença.

Temos que parar para pensar no que a palavra democracia ainda tem a nos dizer nesses tempos de má fé, maldade e burrice aproveitadora.

A tortura

Naomi Klein fala da tortura como uma metáfora do capitalismo de desastre que é, justamente, aquele procedimento de rapina que se aproveita das desgraças naturais e planta desgraças políticas em países ou comunidades que pretende usar. Um tsunami ou um incêndio em uma favela, bem como um golpe de Estado, são acontecimentos chocantes que permitem produzir outros choques econômicos ou implantar medidas que, para a população desinformada, parecem as melhores. Queima-se uma favela para erguer um condomínio – ou para esconder as pessoas pobres e sua forma de vida em tempos de turismo, afinal a aparência é capital literalmente – e ninguém ou quase ninguém achará ruim. Outro exemplo, acaba-se com o SUS e depois ninguém vai achar ruim que o sistema de saúde seja todo privatizado. Quem não tiver dinheiro para pagar um plano de saúde, também não vai se importar muito porque já terá perdido as forças para lutar por qualquer melhoria em suas condições de vida.

Terá perdido as forças, entre elas, a força do pensamento que nos ajuda a entender o que se passa ao nosso redor.

A tortura serve para chocar e desorientar. Para isso foi inventado o eletrochoque, por exemplo. A tortura é a metáfora da lógica que permeia a doutrina do choque a ser aplicado em casos individuais ou coletivos quando se trata de “quebrar resistências” e “promover rupturas violentas entre o prisioneiro e a sua habilidade para compreender o mundo à sua volta”. Não se trata portanto, apenas de um vazio do pensamento que surge pelo abandono da subjetividade como se isso acontecesse por acaso. Na vida cotidiana, imita-se o procedimento da tortura, mas de um modo estranhamente palatável. O vazio do pensamento é milimetricamente produzido com microchoques que a religião há muito tempo, bem como o cinema e a televisão mais recentemente produzem com maestria, como explicou Christoph Türcke em um livro de 2011 chamado Sociedade Excitada.

As técnicas de tortura podem ser mais físicas ou mais psicológicas. Em todos os casos, com o uso desses meios sempre perversos, visa-se à entrega total do indivíduo ou das populações.

Atualmente, seguimos recebendo injeções de veneno e de morfina visual com novelas, jogos, séries de televisão, reality shows, missas carismáticas, exorcismos. Somos um experimento da doutrina do choque que é, em tudo, neoliberal.

O sono produzido com essas medidas leva a uma espécie de lobotomia consentida.

Se alguém acordar no meio do que vem acontecendo, pedirá pra voltar a dormir.

Marcia Tiburi é graduada em filosofia e artes e mestre e doutora em filosofia. Publicou diversos livros de filosofia, entre eles “As Mulheres e a Filosofia” (Ed. Unisinos, 2002), Filosofia Cinza – a melancolia e o corpo nas dobras da escrita (Escritos, 2004); “Mulheres, Filosofia ou Coisas do Gênero” (EDUNISC, 2008), “Filosofia em Comum” (Ed. Record, 2008), “Filosofia Brincante” (Record, 2010), “Olho de Vidro” (Record 2011), “Filosofia Pop” (Ed. Bregantini, 2011) e Sociedade Fissurada (Record, 2013). Publicou também romances: Magnólia (2005), A Mulher de Costas (2006) e O Manto (2009), Era meu esse Rosto (Record, 2012). É autora ainda dos livros Diálogo/desenho, Diálogo/dança, Diálogo/Fotografia e Diálogo/Cinema (ed. SENAC-SP). É professora do programa de pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie e columnista da revista Cult.

<http://revistacult.uol.com.br/home/2016/08/capitalismo-de-desastre-choque-e-anestesia-na-cultura-politica-do-brasil-atual/>

Agenda

Mobilização para combater o golpe

A Frente Brasil Popular, pautada no “esforço de resistência ao golpismo nestes dias que nos separam da votação final” do impeachment no Senado, definiu um calendário de lutas até o final do mês em defesa da democracia e dos direitos.

Estão acertadas as seguintes atividades e manifestações:

- Entre 22 e 24/08: Ato político em São Paulo, com presença da presidente Dilma e intelectuais;
- A partir do dia 28/08: Acampamento em Brasília pelos movimentos da via Campesina, com adesão de delegações das entidades sindicais, sociais e partidárias da FBP de todo o país
- 29/08: Dia Nacional de Luta contra o Golpe, com mobilização concentrada em Brasília,; (data da votação do impeachment da presidente Dilma)



Seminário “Cenários para as Relações de Trabalho no Brasil”

Data: 24 e 25 de agosto

Local: Auditório da CUT Brasília

Promoção: Secretaria de Relações de Trabalho da CUT

Apoio: Fundação Friedrich Ebert-FES

Programação

24/08

Debates sobre projetos de flexibilização trabalhista, reforma da previdência, ação da frente Parlamentar em defesa dos Direitos dos Trabalhadores e os Desafios para o Movimento Sindical
Expositores: senador Paulo Paim, deputado Vicentinho, assessorias jurídica e parlamentar da CUT, do DIAP e do DIEESE

25/08

Reunião Secretários e Secretárias de Relações de Trabalho



3ª Turma do Curso de Negociação e Contratação Coletiva – NCC

Eixos Temáticos

Módulo I – Relações de trabalho e Negociação: Aspectos fundamentais: 30 de Agosto a 02 de Setembro/2016

Módulo II – Negociação Coletiva: Contextos, âmbitos e formas: 25 a 28 de Outubro/2016

Módulo III – Preparação, desenvolvimento e desfecho da negociação: 29 de Novembro a 02 de Dezembro/2016

Inscrições

As CUT's estaduais e as entidades devem confirmar os participantes, através do envio de Ficha de Inscrição devidamente preenchida, impreterivelmente até o dia **22 de agosto** de 2016 a ser encaminhado para os e-mails ecocut@ecocut.org.br e elbyba@ecocut.org.br.

Observação: As informações e a ficha de inscrição foram encaminhadas aos sindicatos filiados à Fetec/CN-CUT



Dicas

Intolerâncias nas redes: Um problema crescente

Uma banana atirada em um campo de futebol na Espanha, um rapaz sendo agredido com uma lâmpada fluorescente em plena Avenida Paulista, em São Paulo, jovens expulsos de uma loja da Apple em Melbourne, na Austrália, uma menina sendo apedrejada no Rio de Janeiro, um candidato a presidente dos Estados Unidos propondo separar seu país do vizinho com um muro, outro, já construído, separando manifestantes pró e contra à então presidente da República, em Brasília.

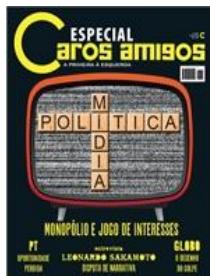
Dentro e fora do Brasil, todos os dias nos deparamos com histórias que exibem a escalada da intolerância entre nós. Os casos acima tomaram grandes proporções, ora por seus protagonistas ilustres – tanto do lado agressor quanto do agredido –, ora por causar a amarga sensação, conhecida por todos nós, de estarmos próximos ao limite da convivência pacífica. Ainda assim, para cada caso repercutido pela grande mídia, há inúmeros outros que, nas redes sociais, ofendem e agridem sem expectador nem testemunha.

Faça o download do dossiê:

<http://www.comunicaquemuda.com.br/dossie/intolerancia-nas-redes/>

Caros Amigos: Está nas bancas o Especial "Mídia e jogo político"

No Brasil, os veículos são concentrados nas mãos de poucas famílias e, mesmo que a Constituição proiba a concessão para políticos eleitos, eles acumulam cotas de participação, influenciando, e muito, na formação de opinião da população, especialmente em épocas



Este especial foca vários temas, passando pela legislação e a exemplos de veículos alternativos ou contra-hegemônicos, que vêm galgando importantes espaços na circulação mundial da informação.

"Mídia e jogo político" está nas bancas e na loja virtual <http://boo-box.link/2CPJB>



MAIS DE 300 ETNIAS, MAIS DE 200 LÍNGUAS: CONHEÇA A RIQUEZA CULTURAL DOS NOSSOS ÍNDIOS

305 grupos étnicos e pelo menos 274 línguas diferentes: estamos falando dos nossos índios, 900.000 pessoas que fazem do Estado brasileiro um dos países com a maior diversidade sócio-cultural do mundo, mas que, com demasiada frequência, são vítimas de atos de violência, assédio e discriminação.

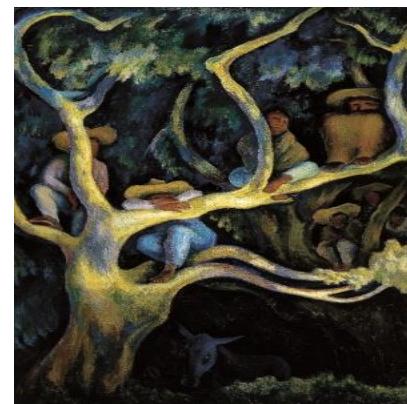
<https://www.greenme.com.br/informar-se/povos-da-floresta/3894-riqueza-cultural-dos-nossos-indios>



Jovens de olho no primeiro emprego, educação e segurança

Eles são 25 % da população. De acordo com o IBGE, os jovens representam um quarto dos cidadãos brasileiros. Estima-se que são 51,3 milhões de pessoas de 15 a 29 anos. Para marcar o Dia Internacional da Juventude, 12 de agosto, e dar mais visibilidade aos problemas enfrentados por esse público, o MB com a Presidenta trouxe o tema ao centro dos debates. Destaque para o Estatuto da Juventude, que transformou em lei demandas relacionadas, como por exemplo, ao primeiro emprego, educação e combate à violência, todas elas políticas públicas ameaçadas pelo governo interino. Os riscos aos investimentos em saúde e educação provenientes do fundo soberano, previsto com a extração do pré-sal também foram ressaltados. Participaram desta edição a petroleira Cibele Vieira, secretaria de Juventude da CUT/SP; o professor Carlos Guimarães, coordenador do Coletivo de Juventude da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE); e a bancária Wanessa de Queiroz, coordenadora do Coletivo da Juventude do Sindicato. O programa de webtv é conduzido pela presidente do Sindicato, Juvandia Moreira

Assista: <https://www.youtube.com/watch?v=CDwpAATCBJI>



"Paisaje nocturno" (1947), obra do mexicano Diego Rivera

CCBB Brasília recebe mostra com obras de Di Cavalcante, Diego Rivera e mais

A exposição "Horizontes da Arte na América Latina e Caribe" chega ao Centro Cultural Banco do Brasil de Brasília para apresentar um recorte da poética dos países dessa região. Obras de artistas como Di Cavalcante, Diego Rivera e Tomie Ohtake estão na mostra, aberta ao público para visitação entre 17 de agosto e 24 de outubro, com entrada franca.

<http://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2016/08/16/ccbb-brasilia-recebe-mostra-com- obras-de-di-cavalcante-diego-rivera-e-mais.htm>

BOLETIM INFORMATIVO

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretaria Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretaria da Mulher

Rose Lidyane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

FETEC
Centro Norte

